

Um parecer de segunda opinião (SPO - *second-party opinion*) da S&P Global inclui a opinião da S&P Global Ratings sobre se a documentação de um instrumento, marco ou programa de financiamentos sustentáveis, ou uma transação de financiamento, está alinhada com determinados princípios de financiamentos sustentáveis publicados por terceiros. Determinadas SPOs também podem fornecer nossa opinião sobre como os fatores de sustentabilidade mais relevantes do emissor são abordados pelo financiamento. Um SPO proporciona uma opinião pontual, refletindo as informações que nos foram fornecidas no momento em que este artigo foi elaborado e publicado, e não é monitorado. Não assumimos nenhuma obrigação de atualizar ou complementar o SPO para refletir quaisquer fatos ou circunstâncias que possam chegar ao nosso conhecimento no futuro. Um SPO não é um rating de crédito e não considera a qualidade de crédito nem influencia nossos ratings de crédito. Vide [Abordagem Analítica: Pareceres de Segunda Opinião](#).

Parecer de Segunda Opinião (SPO)

Marco de Títulos Verdes da Gencau São Paulo Indústria e Comércio de Ingredientes Alimentícios S.A.

5 de maio de 2026

Local: Brasil

Setor: Bens de consumo

Alinhamento com os princípios

Alinhado = ☒ Alinhado conceitualmente = ☐ Não alinhado = ☒

- ✓ Princípios para Títulos Verdes, ICMA, 2025
- ✓ Princípios para Títulos Verdes, LMA/LSTA/APLMA, 2025
- ✓ Diretrizes de Títulos da Amazônia, BID e Banco Mundial, 2025

Consulte detalhes em "Avaliação de Alinhamento".

Contato principal

Azul Ornelas

Cidade do México

52 (55) 1037-5283

azul.ornelas

@spglobal.com

Verde claro

Atividades que representam passos importantes para um futuro resiliente ao clima e de baixo carbono (LCOR - low-carbon climate resilient), mas que ainda requerem mais melhorias para serem soluções resilientes climáticas de baixo carbono no longo prazo.

Nossa [Abordagem Analítica Shades of Green](#) >

Pontos fortes

O marco verde da Gencau está alinhado às Diretrizes de Títulos da Amazônia do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial. Os recursos captados por meio dos empréstimos serão destinados ao financiamento de projetos de agricultura regenerativa, em conformidade com os pilares das diretrizes, que são essenciais para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da região amazônica brasileira. A Gencau adotou os critérios de exclusão previstos nas diretrizes e segue mecanismos de salvaguardas para mitigar possíveis riscos materiais específicos da região.

O financiamento tem um impacto positivo direto nas práticas agrícolas dos pequenos produtores e melhora a rastreabilidade da matéria-prima (cacau). A rastreabilidade é essencial para garantir que o cacau seja obtido de maneira sustentável e ética. Por meio de seus processos, a empresa fornecerá treinamento aos produtores familiares sobre métodos sustentáveis e monitorará sua implementação adequada.

Pontos fracos

Nenhum ponto fraco a reportar.

Áreas a observar

O financiamento apoia a adoção de práticas sustentáveis de cultivo de cacau, mas há pouca transparência em relação aos resultados concretos dessas iniciativas. A proporção de cacau proveniente de plantações com baixa emissão de carbono em relação ao total de cacau processado pela empresa é desconhecida. O marco não especifica métricas mais avançadas para avaliar o impacto ambiental dessas práticas, além dos hectares sob manejo sustentável.

Não há verificação externa por terceiros quanto à adoção de práticas agrícolas de baixo carbono pela empresa. Consideramos isso uma limitação, embora reconheçamos que etapas adicionais na cadeia de suprimentos podem dificultar a viabilidade financeira para pequenos produtores rurais realizarem a transição para uma agricultura de baixo carbono.

As plantações de cacau estão expostas a riscos físicos decorrentes das mudanças climáticas, como secas prolongadas. O marco não especifica como a empresa está mitigando esse risco específico.

Sumário da Avaliação de Projetos Shades of Green

Nos três anos seguintes à emissão do financiamento, a Gencau espera alocar 100% dos recursos à categoria de projetos de gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais e uso do solo. No entanto, não está claro qual proporção dos recursos será utilizada para o cacau proveniente da região amazônica em comparação com outras regiões.

O emissor espera que 100% dos recursos sejam direcionados para financiar novos projetos.

Com base na categoria de projeto Shades of Green detalhada abaixo, na alocação prevista dos recursos e na consideração das ambições ambientais refletidas no marco de títulos verdes da Gencau, avaliamos o marco como Verde claro.

Gestão ambientalmente sustentável dos recursos naturais e do uso do solo

 **Verde claro**

Compra de matéria-prima de produtores registrados no Programa Gencau para Propriedades Sustentáveis que adotam práticas de baixa emissão de carbono.

Gestão ambientalmente sustentável dos recursos naturais e do uso do solo

 **Verde claro**

Compra de matéria-prima de produtores registrados no Programa Gencau para Propriedades Sustentáveis, que adotam práticas de baixa emissão de carbono e estão localizados na região amazônica (bioma amazônico, bacia amazônica e Amazônia Legal).

Veja mais detalhes em “Análise de projetos elegíveis”.

Contexto de sustentabilidade do emissor

Esta Seção analisa a gestão de sustentabilidade do emissor e a integração da documentação do financiamento para sua estratégia geral.

Descrição da empresa

A Gencau São Paulo Indústria e Comércio de Ingredientes Alimentícios S.A (Gencau) é uma empresa privada brasileira que atua no setor de processamento de cacau. Suas operações estão distribuídas nos estados do Espírito Santo, Pará, Bahia e São Paulo. A companhia administra três unidades de processamento de cacau e produção de chocolate — Gencau Amazônia (Medicilândia), Gencau Bahia (Ibirapitanga) e Gencau São Paulo (Tambaú) —, além de uma fazenda experimental, a Theo Farm, focada no cultivo alternativo de cacau. A empresa produz derivados de cacau, incluindo nibs, licor, manteiga e pó de cacau, processados a partir de amêndoas obtidas e processadas em suas instalações.

Fatores materiais de sustentabilidade

Risco de transição climática

O sistema alimentar é responsável por 22% das emissões globais de gases de efeito estufa. Muitas marcas de produtos alimentícios têm adotando estratégias de descarbonização diante da crescente conscientização dos investidores e clientes. Reduzir essas emissões provavelmente exigirá investimentos em tecnologias de fabricação, logística e cadeias de suprimento voltadas a produtos menos intensivos em carbono. Como a perda de alimentos está diretamente ligada às emissões de gases de efeito estufa, é possível que haja uma intensificação na regulamentação da produção e do suprimento de matérias-primas. As embalagens derivadas de petróleo podem sofrer maior pressão dos consumidores ou governos, à medida que os impactos da transição climática se intensificam além do setor de energia – o que pode resultar em aumento dos custos de insumos caso a produção seja restringida.

Biodiversidade e uso de recursos

As práticas adotadas até o momento aumentaram a produção de alimentos de maneira eficiente em termos de custo, permitindo que o setor atendesse à crescente demanda de forma lucrativa, apesar da redução da biodiversidade e da expansão do uso do solo. O uso excessivo de determinados insumos químicos prejudica a saúde do solo e da água, enquanto o avanço sobre áreas de habitat natural tem comprometido a biodiversidade. Isso tem impacto negativo em diversas partes interessadas, especialmente comunidades que dependem dos ecossistemas naturais para sua subsistência. Vemos uma pressão crescente das partes interessadas para que produtores rurais e seus clientes industriais adotem práticas sustentáveis, como o tratamento regenerativo do solo, plantio direto e ampliação do uso de cultivos orgânicos.

Risco climático físico

Riscos físicos agudos, como enchentes, tempestades e incêndios florestais, podem interromper cadeias de suprimento, redes de distribuição e até mesmo afetar diretamente as operações e os trabalhadores em unidades industriais. Além disso, riscos crônicos, como mudanças nos padrões de temperatura e precipitação, podem afetar a produção e a disponibilidade de matérias-primas e produtos finais, por exemplo, através de mudanças na sazonalidade e nas temperaturas. As partes interessadas, como trabalhadores, fornecedores e consumidores, podem enfrentar graves riscos à saúde, menor disponibilidade de insumos e aumento de preços devido à menor oferta de produtos.

Condições de trabalho

A forte dependência do setor de alimentos de cadeias de produção e manufatura intensivas em mão de obra, nas quais os trabalhadores em fábricas, fazendas ou centros de empacotamento e canais de distribuição permanecem vulneráveis a violações dos direitos trabalhistas fundamentais. Isso inclui trabalho infantil e forçado, salários abaixo do mínimo e jornadas de trabalho excessivas, entre outros. Além disso, estima-se que cerca de meio bilhão de pequenos produtores rurais fornecem cerca de um terço dos alimentos do planeta (de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), o que torna esse fator particularmente significativa para as partes interessadas.

À medida que o ambiente regulatório evolui, os consumidores tendem a se tornar mais atentos e sensíveis às práticas da cadeia de suprimento. Exemplos incluem a legislação sobre *due diligence* em direitos humanos na cadeia de suprimento na UE, o uso de “Withhold Release Orders” nos EUA). No Brasil, as condições de trabalho nos setores agrícola e de processamento de alimentos ainda geram preocupação devido ao emprego informal, ao acesso limitado à proteção social e à fiscalização irregular das leis trabalhistas, especialmente entre pequenos produtores rurais e trabalhadores sazonais. O governo tem implementado medidas para fortalecer a conformidade com os direitos trabalhistas, como o cadastro nacional de empregadores que utilizam trabalho forçado e iniciativas para formalizar o trabalho rural.

Produtos e serviços sustentáveis

Alternativas de produtos sustentáveis, incluindo aqueles derivados da agricultura orgânica ou respaldados por práticas agrícolas com rastreabilidade e de baixa emissão de carbono, estão cada vez mais alinhadas à demanda dos consumidores e podem gerar benefícios significativos para os consumidores, comunidades locais e meio ambiente. Observamos um aumento da pressão de partes interessadas em diversas empresas, bem como uma maior pressão regulatória que impulsiona a transição para produtos mais sustentáveis, particularmente em mercados consumidores de grande porte. Essa tendência tem estimulado a inovação em produtos e processos produtivos. Isso inclui esforços para reduzir o uso de embalagens e fornecer produtos mais sustentáveis em termos de origem, produção e reciclabilidade.

Análise do emissor e do contexto

Os projetos elegíveis no âmbito do marco abordam o fator de sustentabilidade mais relevante para a Gencau. O marco inclui projetos elegíveis relacionados a investimentos que abordam a biodiversidade e uso de recursos, que consideramos um dos fatores de sustentabilidade mais importantes para o setor de varejo alimentar. Além disso, o risco de transição climática, os riscos físicos decorrentes das mudanças climáticas e as condições de trabalho são riscos relevantes para os negócios da Gencau e para a cadeia de valor agrícola.

A empresa está integrando progressivamente fontes de energia renováveis em seu processo de produção. Atualmente, cerca de 80% da biomassa utilizada para alimentar as caldeiras das suas unidades de processamento é derivada de cascas de amêndoas de cacau, um subproduto das suas próprias operações. O uso de resíduos de cacau ajuda a reduzir a dependência das caldeiras em relação aos combustíveis fósseis e à madeira. A empresa tem como objetivo atingir 100% de utilização de biomassa de resíduos de cacau, aumentando ainda mais a circularidade e minimizando o impacto ambiental. Além disso, a Gencau participa do programa International Renewable Energy Certificate (I-REC), que certifica o uso de eletricidade renovável e apoia suas ambições de neutralidade de carbono.

A Gencau utiliza requisitos de suprimento bem definidos para garantir que o cacau seja proveniente de propriedades que operam dentro dos marcos legais. A empresa promove o suprimento responsável por meio de seu Código de Conduta do Fornecedor, que estabelece critérios sociais e ambientais claros para todos os produtores. Avaliações regulares são realizadas para avaliar a gestão da propriedade, verificar condições de trabalho justas e garantir a ausência de queimadas ou desmatamento recente. O Código também reflete o compromisso da empresa em respeitar as pessoas e as comunidades e defender os direitos dos povos indígenas. Embora a empresa não compre matérias-primas de terras indígenas, indivíduos que se autodeclararam indígenas podem participar como fornecedores se demonstrarem propriedade ou acordos formais de parceria para a propriedade. Por meio de seu programa de gestão de fornecedores, a empresa mantém 100% de rastreabilidade e conformidade socioambiental contínua, ao mesmo tempo em que apoia melhorias agrícolas por meio de orientação técnica e

incentivos vinculados ao desempenho. Além disso, como parte de seu processo de due diligence, a International Finance Corporation (IFC) — por meio de sua Política e Normas de Desempenho em Sustentabilidade Ambiental e Social — concluiu que a Gencau tem exposição limitada a riscos ambientais e sociais (E&S), os quais podem ser evitados ou mitigados mediante a adesão às Boas Práticas Industriais Internacionais (GIIPs - *Good International Industry Practices*).

O risco climático físico é uma consideração material para a Gencau, dada sua exposição significativa ao setor de cacau brasileiro e sua vulnerabilidade a eventos climáticos como secas prolongadas, ondas de calor, inundações e tempestades. Embora não haja evidências de um processo estruturado para ajudar diretamente os fornecedores a se adaptarem às secas e inundações, as práticas de baixa emissão de carbono exigidas pela Gencau contribuem para a adaptação às mudanças climáticas — por exemplo, os sistemas agroflorestais podem aumentar a resiliência das plantações de cacau a secas prolongadas. Além disso, a Gencau adota medidas para mitigar riscos de desmatamento, que podem agravar riscos climáticos físicos. A empresa opera um sistema de monitoramento de desmatamento baseado na ferramenta geoespacial nacional brasileira, combinando imagens de satélite de alta resolução e tecnologia GIS para rastrear em tempo real alterações na vegetação em áreas agrícolas e florestais. Esse sistema permite a detecção precoce de desmatamentos ilegais, incêndios florestais e degradação do solo, viabilizando intervenções rápidas e o cumprimento de salvaguardas ambientais. Por meio dessa abordagem, a empresa ajuda a mitigar o risco de mudanças abruptas no uso do solo, que poderiam intensificar os impactos climáticos físicos, como secas, inundações e erosão do solo, afetando particularmente culturas sensíveis ao clima, como o cacau.

As práticas de suprimento da Gencau enfatizam a inclusão social e o desenvolvimento sustentável em toda sua cadeia de suprimentos de cacau. Entre os fornecedores elegíveis para a compra de cacau, 95% são produtores rurais familiares que recebem apoio por meio de programas que promovem a geração de renda local e sustentabilidade de longo prazo. Essas iniciativas contribuem para a redução da pobreza e das desigualdades sociais, riscos materiais na região onde a empresa atua. A empresa mantém critérios rigorosos de aquisição para garantir que o cacau seja oriundo de propriedades legalmente regularizadas, isentas de condições irregulares de trabalho e cultivado exclusivamente em áreas agrícolas comerciais, fora de zonas de preservação e territórios indígenas. Por meio dessas medidas, acreditamos que a empresa reforça seu compromisso com o fornecimento ético, o desenvolvimento rural e uma gestão responsável da cadeia de suprimentos.

Acreditamos que o financiamento atende às recomendações complementares das Diretrizes de Títulos da Amazônia. Uma parte dos recursos será destinada a projetos elegíveis na região amazônica, com o objetivo de gerar resultados mensuráveis em relação a uma linha de base documentada. Os projetos na Amazônia não devem introduzir nem agravar riscos ambientais e sociais materiais para a região, e a documentação deve explicitar claramente qual prática de gestão de riscos adotada pelo emissor. No entanto, as medidas da Gencau para fornecer serviços de apoio jurídico e proteger defensores ambientais têm alcance limitado. Além disso, o emissor se compromete a envidar todos os esforços razoáveis para reportar indicadores de impacto relevantes, conforme estabelecido nas Diretrizes.

Avaliação do alinhamento

Esta seção analisa o alinhamento da documentação aos princípios de Títulos/Empréstimos Verdes.

Alinhamento com os princípios

- Alinhado = ☒ Alinhado conceitualmente = ☐ Não alinhado = ☒
- ✓ Princípios para Títulos Verdes, ICMA, 2025
 - ✓ Princípios para Títulos Verdes, LMA/LSTA/APLMA, 2025
 - ✓ Amazonia Bond Guidelines, IDB and The World Bank, 2025

✓ **Uso dos recursos**

Avaliamos todas as categorias de projetos verdes do marco com uma cor verde, e o emissor se compromete a alocar os recursos líquidos emitidos no âmbito do marco exclusivamente a projetos verdes elegíveis. Consulte a seção “Análise de projetos elegíveis” para mais informações sobre nossa análise dos benefícios ambientais do uso esperado dos recursos.

✓ **Processo para avaliação e seleção de projetos**

O processo de avaliação e seleção de projetos está descrito no marco do emissor. A Gencau identifica os objetivos ambientais relevantes para as categorias de projetos elegíveis. Para selecionar e avaliar projetos verdes que estejam alinhados com os critérios estabelecidos no marco, a Gencau criou um comitê de elegibilidade e alocação composto por representantes de suas áreas de Finanças e Sustentabilidade. Este comitê é responsável por identificar e mitigar os riscos sociais e ambientais associados aos projetos elegíveis. A gestão de riscos do emissor segue os princípios de gestão ambiental e social das Diretrizes para Emissão de Títulos da Amazônia. Especificamente, considerando as categorias de projetos no âmbito do marco, o emissor se compromete a cumprir os princípios de gestão de riscos para o engajamento e inclusão de partes interessadas, conservação da biodiversidade e gestão sustentável de recursos, condições de trabalho e mão de obra, aquisição de terras e reassentamento involuntário, governança e prevenção de práticas proibidas.

✓ **Gestão de recursos**

O marco detalha que os recursos líquidos serão monitorados pela empresa por meio de um sistema de rastreamento interno, que manterá um registro das despesas elegíveis atribuídas. Todos os recursos dos títulos serão alocados dentro de um período de três anos a partir da data de emissão. O emissor se compromete a substituir os projetos que deixarem de cumprir os critérios de elegibilidade do marco dentro de 12 meses. Enquanto a alocação estiver pendente, os recursos líquidos serão mantidos em caixa ou outros instrumentos de alta liquidez e baixo risco.

✓ **Divulgação de relatórios**

A Gencau se compromete a divulgar relatórios anuais sobre a alocação dos recursos líquidos e os impactos dos projetos financiados, até que ocorra a alocação completa dos recursos, bem como em caso de eventos relevantes. Os relatórios estarão disponíveis no site da empresa. Os relatórios de alocação incluirão o valor total dos instrumentos em circulação, a alocação dos recursos líquidos e os valores de refinanciamento. A empresa também informará sobre o impacto dos projetos financiados. Os indicadores incluem a alocação dos recursos e indicadores de desempenho, como o volume de matéria-prima adquirida e a área dos produtores cadastrados. Esses indicadores estão alinhados aos indicadores sugeridos pelas Diretrizes de Títulos da Amazônia.

Análise de projetos elegíveis

Esta Seção detalha nossa análise de projetos elegíveis, com base nos benefícios e riscos ambientais, usando a “[Abordagem Analítica: Avaliações Shades of Green](#)”.

Avaliação geral Shades of Green

Com base nas categorias de projetos “cores de verde” detalhadas abaixo, na alocação prevista dos recursos e na consideração das ambições ambientais refletidas no marco de títulos verdes da Gencau, avaliamos o marco como verde claro.

Verde claro

Atividades que representam passos importantes para um futuro resiliente ao clima e de baixo carbono (LCCR - low-carbon climate resilient), mas que ainda requerem mais melhorias para serem soluções resilientes climáticas de baixo carbono no longo prazo.

Nossa [Abordagem Analítica Shades of Green](#) >

Categorias de projetos verdes

Gestão ambientalmente sustentável dos recursos naturais e do uso do solo

Avaliação



Verde claro

Descrição

Compra de matéria-prima de produtores registrados no Programa Gencau para Propriedades Sustentáveis que adotam práticas de baixa emissão de carbono.

Considerações analíticas

- A agricultura pode impulsionar as emissões de carbono e causar danos à biodiversidade e aos ecossistemas. Entre os principais riscos estão a mudança no uso do solo, o uso excessivo de fertilizantes e pesticidas, a poluição hídrica, a degradação do solo e a dependência de equipamentos movidos a combustíveis fósseis. As lavouras estão altamente expostas às mudanças climáticas, por exemplo por conta das alterações nos padrões de chuva e temperatura. Para viabilizar uma transição verde nesse setor, é necessário um conjunto de intervenções, incluindo sistema de agroflorestas, controle biológico de pragas, restauração de áreas degradadas, uso de culturas de cobertura/rotação de culturas e outras práticas de saúde do solo, além de redução das emissões associadas à produção de fertilizantes e pesticidas.
- A Gencau financiará despesas relacionadas à compra de cacau de produtores que adotam práticas de baixa emissão de carbono e estão registrados no Programa Gencau para Propriedades Sustentáveis. O processo de seleção de produtores da Gencau envolve critérios obrigatórios, incluindo a adesão ao Código de Conduta da Gencau e a aplicação de práticas de sustentabilidade, como a proibição do desmatamento ilegal e da conversão de terras para plantações de cacau. O financiamento promove diretamente a rastreabilidade do cacau e práticas agrícolas de baixa emissão de carbono, incluindo sistemas agroflorestais, conservação de florestas ribeirinhas e recuperação de áreas degradadas, entre outras. Consideramos essas práticas eficazes na mitigação dos riscos climáticos associados às atividades agrícolas. Sistemas agroflorestais também promovem a biodiversidade das plantações de cacau. Embora o emissor tenha estabelecido processos para apoiar a adoção adequada de práticas sustentáveis, como treinamento e avaliações anuais, essas práticas não estão atualmente sujeitas a verificação externa por terceiros. Portanto, avaliamos o marco como Verde claro.
- A Gencau possui salvaguardas para mitigar os riscos de desmatamento e conversão de terras. Por exemplo, o emissor utiliza dados geoespaciais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) do Brasil para rastrear e excluir o fornecimento de fazendas onde as plantações de cacau se expandiram. Nesse sentido, os critérios de exclusão da Gencau proíbem o financiamento de projetos ligados ao desmatamento ilegal, conversão de terras, cativeiro de animais selvagens e riscos sociais, como trabalho infantil e escravidão. Por fim, rações para ruminantes não são elegíveis devido à natureza das operações da entidade.

- Foram implementadas medidas adicionais de salvaguardas ambientais. Embora o cacau seja sensível à água, no Brasil o cultivo do cacau geralmente apresenta baixo risco hídrico, pois é cultivado sob sombra em regiões tropicais úmidas, dependendo mais da chuva do que da irrigação. Além disso, a Gencau possui requisitos para o uso restrito de pesticidas químicos e o uso eficiente de água e fertilizantes.
- A Gencau garantirá a adoção correta e a eficácia dessas práticas por meio de treinamento formal e revisões periódicas das atividades dos produtores rurais. O marco especifica que o não cumprimento das políticas da Gencau pode levar à imposição de sanções ou à suspensão da relação comercial.
- Os benefícios adicionais da emissão estão ligados à rastreabilidade do cacau, o que ajuda a garantir a sustentabilidade e a robustez da cadeia de valor da Gencau. A emissora possui uma certificação do Sistema Nacional de Certificação da Agricultura Familiar (SENAF), estabelecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Para obter a certificação, as entidades devem cumprir todas as regulamentações ambientais existentes aplicáveis aos seus processos de produção, garantindo assim a adesão às normas ambientais nacionais. Além disso, a SENAF exige o cumprimento das obrigações legais relacionadas à produção, industrialização, comercialização, consumo e segurança ocupacional. Esses requisitos servem como importantes salvaguardas sociais, promovendo condições de trabalho justas no setor de agricultura familiar do Brasil.
- Embora as práticas agrícolas de baixa emissão de carbono e regenerativas especificadas pela Gencau promovam a resiliência climática, o marco não especifica os procedimentos da entidade, como o uso de cenários climáticos ou treinamento, para que os fornecedores se adaptem aos riscos físicos decorrentes das mudanças climáticas, como secas, que têm ocorrido na região. Consideramos isso um ponto fraco.
- De acordo com pesquisas, os sistemas agroflorestais baseados no cacau são considerados uma parte importante do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. O Brasil contribui com aproximadamente 5% da produção mundial de cacau. Os principais estados produtores de cacau são Bahia e Espírito Santo, no bioma da Mata Atlântica. No bioma amazônico, Pará, Rondônia e Mato Grosso são os estados produtores, com uma área plantada total estimada em 606.794 hectares e cerca de 76.000 produtores rurais. Desses produtores, quase 80% são propriedades familiares. Além disso, no Pará, 70% da safra é cultivada em áreas anteriormente degradadas, especialmente por produtores rurais familiares e em sistemas agroflorestais. (vide “Cacao-based agroforestry systems in the Atlantic Forest and Amazon Biomes: An ecoregional analysis of land use”, Gama-Rodrigues et al., Agricultural Systems, 2021)

Gestão ambientalmente sustentável dos recursos naturais e do uso do solo

Avaliação



Verde claro

Descrição

Compra de matéria-prima de produtores registrados no Programa Gencau para Propriedades Sustentáveis, que adotam práticas de baixa emissão de carbono e estão localizados na região amazônica (bioma amazônico, bacia amazônica e Amazônia Legal)

Considerações analíticas

- Esta categoria de projeto compartilha as mesmas características ambientais em termos de salvaguardas e limitações que a categoria descrita acima. A única diferença é a região de origem do cacau, que neste caso é focada na região amazônica. Portanto, a Gencau se compromete a usar 100% dos recursos provenientes desta categoria de projeto na região amazônica. O projeto está vinculado ao pilar número quatro das Diretrizes de Títulos da Amazônia – Agricultura, Pecuária e Silvicultura Sustentáveis com Baixa Emissão de Carbono, Categoria 1: Agricultura Regenerativa.
- Por meio de seu processo de avaliação e seleção de produtores de cacau, a Gencau realiza avaliações para estabelecer as condições ambientais e sociais atuais, que servem como base para identificar possíveis impactos. Além disso, a empresa documentou uma base de referência de 10.285 hectares de cacau cultivado de forma sustentável na região amazônica. Espera-se que os recursos do investimento aumentem a produção sustentável de cacau, não por meio da expansão das terras agrícolas, mas pelo envolvimento de mais produtores da região que adotarão e seguirão práticas agrícolas sustentáveis.
- A emissora se alinha à hierarquia de mitigação de riscos das Diretrizes de Títulos da Amazônia e adota os critérios de exclusão das diretrizes. Além disso, a Gencau possui medidas para mitigar os riscos sociais e ambientais específicos do tipo

de projeto e de sua localização, em conformidade com as Diretrizes de Títulos da Amazônia. Tais medidas incluem ações relacionadas ao envolvimento das partes interessadas, conservação da biodiversidade e gestão responsável dos recursos.

Avaliação Shades of Green da S&P Global Ratings

Avaliações											
	Verde escuro		Verde médio		Verde claro		Amarelo		Laranja		Vermelho
Descrição											
Atividades que correspondem à visão de longo prazo de um futuro LCCR.		Atividades que representam passos significativos em direção a um futuro LCCR, mas serão necessárias melhorias adicionais para constituírem soluções de longo prazo LCCR.		Atividades que representam etapas de transição de curto prazo que evitam o lock-in de emissões, mas não representam soluções LCCR de longo prazo.		Atividades que não têm impacto material na transição a um futuro LCCR, ou, Atividades que têm alguma inconsistência potencial com a transição a um futuro LCCR, embora mitigado pelas medidas de transição existentes.		Atividades que atualmente não são consistentes com a transição a um futuro LCCR. Estas incluem atividades com potencial moderado de lock-in de emissões e risco de stranded assets.		Atividades que são inconsistentes com, e provavelmente impedirão, a transição necessária para alcançar o futuro LCCR no longo prazo. Estas atividades têm a intensidade mais alta de emissões, com o maior potencial para lock-in de emissões e risco de stranded assets.	
Exemplos de projetos											
 Usinas solares		 Edifícios com consumo eficiente de energia		 Veículos rodoviários híbridos		 Serviços de assistência médica		 Fabricação convencional de aço		 Novas explorações de petróleo	

LCCR (low-carbon climate resilient): Resiliente ao clima e de baixo carbono. Um futuro LCCR é um futuro alinhado com o Acordo de Paris, em que o aumento da temperatura média global é mantido abaixo de 2 graus Celsius (2° C), com esforços para limitá-lo a 1,5° C acima dos níveis pré-industriais, enquanto se desenvolve resiliência ao impacto adverso da mudança climática e a obtenção de resultados sustentáveis para os objetivos ambientais climáticos e não climáticos. Longo prazo e curto prazo: Para fins desta análise, consideramos longo prazo após meados do século 21 e curto prazo como a próxima década. Lock-in de emissões: Quando uma atividade atrasa ou impede a transição para alternativas de baixo carbono, perpetuando ativos ou processos (muitas vezes usando combustível fóssil e suas emissões correspondentes de gases de efeito estufa) que não estão alinhados ou não podem se adaptar a um futuro LCCR. Stranded assets: Ativos que foram baixados a prejuízo de forma antecipada ou precoce, sofreram desvalorização ou foram convertidos em passivos (conforme definido pela Universidade de Oxford).

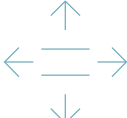
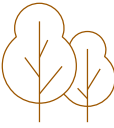
Fonte: S&P Global Ratings

Observação: Para considerarmos o uso dos recursos alinhado com os Princípios da ICMA para um projeto verde, exigimos que as categorias de projetos diretamente financiadas pelo financiamento sejam atribuídas a uma das três cores verdes.

Mapeamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU

Quando a documentação de financiamento faz referência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), consideramos para que ODS contribui. Comparamos as atividades financiadas pelo financiamento com o mapeamento dos ODS da International Capital Market Association (ICMA) e descrevemos os vínculos pretendidos na nossa análise de SPO. Nossa avaliação do mapeamento com os ODS não afeta a nossa opinião sobre o alinhamento.

Este marco pretende contribuir para os seguintes ODS:

Uso dos recursos	ODS				
Gestão ambientalmente sustentável dos recursos naturais e do uso do solo					
	1. Erradicação da pobreza	2. Fome zero	8. Trabalho decente e crescimento econômico	10. Redução das desigualdades	12. Consumo e produção responsáveis*
					
	15. Vida terrestre*				

* As categorias de projetos elegíveis estão relacionadas a estes ODS no mapeamento da ICMA.

Artigos Relacionados

- [Abordagem Analítica: Pareceres de Segunda Opinião](#), 6 de março de 2025
- [Perguntas frequentes: aplicando nossa abordagem analítica integrada para pareceres de segunda opinião](#), 6 de março de 2025
- [Abordagem Analítica: Avaliações Shades of Green](#), 27 de julho de 2023

Contatos Analíticos

Contato principal

Azul Ornelas

Cidade do México
52 (55) 1037-5283
azul.ornelas
@spglobal.com

Contato adicional

Victor Laudisio

São Paulo
55 (11) 3039-9764
victor.laudisio
@spglobal.com

Colaborador de pesquisa

Sachin Powani

Mumbai

Copyright © 2025 pela Standard & Poor's Financial Services LLC. Todos os direitos reservados.

Nenhum conteúdo (incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito, avaliações, modelos, software ou outras aplicações ou informações obtidas a partir destes) ou qualquer parte destas informações (Conteúdo) pode ser modificada, sofrer engenharia reversa, ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma, nem meio, nem armazenada em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da Standard & Poor's Financial Services LLC ou de suas afiliadas (coletivamente, S&P). O Conteúdo não deverá ser utilizado para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem seus provedores externos, nem seus diretores, representantes, acionistas, empregados nem agentes (coletivamente, Partes da S&P) garantem a exatidão, completitude, tempestividade ou disponibilidade do Conteúdo. As Partes da S&P não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões (por negligência ou não), independentemente da causa, pelos resultados obtidos mediante o uso de tal Conteúdo, ou pela segurança ou manutenção de quaisquer dados inseridos pelo usuário. O Conteúdo é oferecido "como ele é". AS PARTES DA S&P ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, MAS NÃO LIMITADA A QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZIDADE, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO OU USO ESPECÍFICO, LIBERDADE DE FALHAS, ERROS OU DEFEITOS DE SOFTWARE, QUE O FUNCIONAMENTO DO CONTEÚDO SEJA ININTERRUPTO OU QUE O CONTEÚDO OPERE COM QUALQUER CONFIGURAÇÃO DE SOFTWARE OU

HARDWARE. Em nenhuma circunstância, deverão as Partes da S&P ser responsabilizadas por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais ou consequentes (incluindo-se, sem limitação, perda de renda ou lucros e custos de oportunidade ou perdas causadas por negligência) com relação a qualquer uso do Conteúdo aqui contido, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Parte do Conteúdo pode ter sido criado com o auxílio de uma ferramenta de inteligência artificial (IA). O Conteúdo Publicado criado ou processado usando IA é composto, revisado, editado e aprovado pela equipe da S&P.

Análises relacionadas a crédito e outras, incluindo ratings e as afirmações contidas no Conteúdo são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos. As opiniões da S&P, análises e decisões de reconhecimento de ratings (descritas abaixo) não são recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento e não abordam a adequação de quaisquer títulos. Após sua publicação, em qualquer maneira ou formato, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar o Conteúdo. Não se deve depender do Conteúdo, e este não é um substituto das habilidades, julgamento e experiência do usuário, sua administração, funcionários, conselheiros e/ou clientes ao tomar qualquer decisão de investimento ou negócios. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos, exceto quando registrada como tal. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (due diligence) ou de verificação independente de qualquer informação que receba.

Publicações relacionadas a ratings de crédito podem ser divulgadas por diversos motivos que não dependem necessariamente de uma ação decorrente de um comitê de rating, incluindo-se, sem limitação, a publicação de uma atualização periódica de um rating de crédito e análises correlatas.

Até o ponto em que as autoridades reguladoras permitam a uma agência de rating reconhecer em uma jurisdição um rating atribuído em outra jurisdição para determinados fins regulatórios, a S&P reserva-se o direito de atribuir, retirar ou suspender tal reconhecimento a qualquer momento e a seu exclusivo critério. As Partes da S&P abdicam de qualquer obrigação decorrente da atribuição, retirada ou suspensão de um reconhecimento, bem como de qualquer responsabilidade por qualquer dano supostamente sofrido por conta disso.

A S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas umas das outras a fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter a confidencialidade de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

A S&P pode receber remuneração por seus ratings e certas análises, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus websites www.spglobal.com/ratings/pt/ (gratuito) e www.ratingsdirect.com (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em www.spglobal.com/usratingsfees.

STANDARD & POOR'S, S&P e RATINGSDIRECT são marcas registradas da Standard & Poor's Financial Services LLC.